



Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - ANALISTA EM REDAÇÃO

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas
- um caderno de respostas destinado à redação



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e elaboração do texto definitivo da redação
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – O MITO DA MAIORIDADE PENAL

Marcelo Freixo, O Globo, 02/04/2015

“Quando falo sobre redução da maioridade penal, costume dizer que a sociedade precisa decidir em que banco quer ver a juventude. Se no banco da escola ou no banco dos réus. Anteontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a constitucionalidade da PEC que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos”.

1

Segundo o expresso no texto 1, depreende-se que o autor do texto:

- (A) apoia a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara;
- (B) critica o sistema educacional, incapaz de manter as crianças na escola;
- (C) desaprova a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos;
- (D) lamenta afetivamente o encaminhamento de menores para a prisão;
- (E) aplaude a aprovação da constitucionalidade da PEC que reduz a maioridade penal.

2

O autor do texto 1 apela para algumas estratégias argumentativas; a estratégia identificada de forma correta e adequada ao texto é:

- (A) a criação de autoridade para os seus argumentos ao citar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados;
- (B) o aumento da força de seus argumentos ao colocar as opiniões em primeira pessoa do singular;
- (C) o apelo à intimidação do leitor, antecipando os perigos sociais de uma parte delinquente de nossa juventude;
- (D) a utilização de um falso argumento “ou um ou outro”, ao dizer “no banco da escola ou no banco dos réus”;
- (E) o uso de argumento apoiado em pública autoridade ao indicar a preferência do Congresso Nacional pela redução da maioridade penal.

3

“Se no banco da escola ou no banco dos réus. Anteontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção”.

A forma correta dos demonstrativos na substituição do termo sublinhado é:

- (A) esse/àquele;
- (B) este/àquele;
- (C) aquele a esse;
- (D) aquele a este;
- (E) esse a este.

4

A charge abaixo, publicada no jornal O Dia (PI) em 1 de abril de 2015, produz humor apoiada numa figura de linguagem expressa graficamente, figura essa denominada:



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

- (A) metáfora;
- (B) metonímia;
- (C) hipérbole;
- (D) pleonasma;
- (E) catacrese.

5



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

A charge acima, do caricaturista Samuca, publicada no Diário de Pernambuco em 1 de abril de 2015, expõe um ponto de vista sobre a redução da maioridade penal, que pode ser expresso na seguinte frase:

- (A) A infância abandonada pelos pais, que passa todo o dia fora de casa, acaba por cometer delitos que a levam para a cadeia;
- (B) O fato de muitas crianças trocarem a sala de aula pelo campo de futebol pode ser o início de uma vida na ilegalidade;
- (C) Crianças devem ser tratadas como tais e não serem passíveis de penas que atingem os adultos;
- (D) O futebol, como outros esportes, pode servir de caminho para que as crianças não ingressem no mundo do crime;
- (E) A redução da maioridade penal não deve atingir as crianças muito pequenas, que devem ocupar seu tempo em estudo e divertimento.

6

Abaixo foram transcritos trechos de cartas de leitores de um jornal sobre a maioridade penal; a opção cujo posicionamento contraria especificamente uma afirmação do texto 1 é:

- (A) “Ser a favor ou contra a redução da maioridade penal é um direito inalienável de cada cidadão, mas, alegar que a redução de 18 para 16 anos colocará a nossa juventude no sistema prisional é o mesmo que confundir alhos com bugalhos”.
- (B) “O discurso contrário à redução da maioridade penal é o mesmo, assim como as justificativas para não adotá-la no país. Uma delas é a questão da precariedade do sistema penitenciário no Brasil”.
- (C) “Preocupante que a CCJ tenha dado aval para que a proposta de redução da menoridade penal seja discutida e até votada no Congresso Nacional”.
- (D) “Mandar adolescentes para a cadeia só irá piorar as coisas e aumentar ainda mais a violência e o crime na já conturbada sociedade brasileira”.
- (E) “Ninguém acredita que essa redução da maioridade penal irá resolver a questão da segurança pública. Apenas acreditamos que homicidas serão, realmente, punidos”.

7

Ao intitular o texto 1 como “O mito da maioridade penal” o autor do texto:

- (A) antecipa um posicionamento sobre o tema abordado;
- (B) mostra o tema como algo fora de época;
- (C) destaca o tema como algo importante;
- (D) considera o tema do ponto de vista literário;
- (E) condena a discussão do tema.

8

A UOL Cotidiano lista uma série de razões contra e a favor da redução da maioridade penal; a razão abaixo que NÃO está adequadamente expressa contra a redução é:

- (A) a redução da maioridade penal fere uma das cláusulas pétreas (aquelas que não podem ser modificadas por congressistas) da Constituição de 1988;
- (B) a inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade;
- (C) a pressão para a redução da maioridade penal está baseada em dados estatísticos e não em casos isolados;
- (D) em vez de reduzir a maioridade penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles ao crime;
- (E) a redução da maioridade penal iria afetar, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.

9

“O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde, na maioria dos Estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos”.

Sobre esse argumento, a afirmação correta é:

- (A) mostra opinião contrária à redução da maioridade penal;
- (B) indica a legislação de todos os estados americanos como parâmetro a ser seguido no Brasil;
- (C) destaca os países desenvolvidos como exemplos onde a redução da maioridade penal não foi adotada;
- (D) apela a um absurdo a fim de que a força de seu argumento seja intensificada;
- (E) aponta um país considerado superior ao Brasil onde já se aplica a redução da maioridade penal para que sirva de exemplo.

10

Em documento que circula pela Internet estão apontadas 18 razões para que não haja redução da maioridade penal; entre elas, a razão que se apoia em fator sem referência a valor ou desvalor intrínseco da redução é:

- (A) a redução em foco esbarra no fato de o sistema prisional brasileiro não suportar mais pessoas;
- (B) a redução da maioridade penal trata o efeito, mas não a causa;
- (C) a redução da maioridade penal não afasta os adolescentes do crime;
- (D) a redução pretendida afronta leis brasileiras e internacionais;
- (E) a redução almejada não respeita os direitos de crianças e adolescentes.

TEXTO 2 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica. Os poderes públicos, inclusive o Judiciário, estão em dívida com a sociedade por conta da inobservância do estatuto em sua integralidade.

Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Aloysio Nunes Ferreira, *Época*).

11

Argumentativamente falando, as palavras do enunciador:

- (A) condenam o ECA por seu excesso de benevolência;
- (B) aplaudem o Governo por suas medidas educativas;
- (C) criticam os poderes públicos por só aplicarem as leis estabelecidas pelo ECA;
- (D) apoiam o ECA, mas reconhecem limitações em alguns casos;
- (E) defendem incondicionalmente a redução da maioridade penal.

12

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”.

A inclusão de uma vírgula entre os dois segmentos (texto 2) faz supor a implícita existência de um conector entre eles; tal conector deveria representar:

- (A) uma concessão, como “ainda que”;
- (B) uma adversidade, como “porém”;
- (C) uma conclusão, como “logo”;
- (D) uma explicação, como “pois”;
- (E) uma proporcionalidade, como “à medida que”.

13

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2 há duas ocorrências sublinhadas do vocábulo “mesmo”; sobre essas ocorrências é correto afirmar:

- (A) ambas equivalem ao sentido de inclusão;
- (B) só a primeira ocorrência indica concessão;
- (C) só a segunda ocorrência indica concessão;
- (D) só a primeira ocorrência indica inclusão;
- (E) só a segunda ocorrência indica inclusão.

14

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que (1) são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que (2) isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2, o elemento que NÃO estabelece coesão formal com nenhum termo anterior é:

- (A) outras;
- (B) advertência;
- (C) que (1);
- (D) que (2);
- (E) isso.

15

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

O adjetivo que, por sua tipologia, mostra um tipo diferente dos demais é:

- (A) ignorada;
- (B) previstas;
- (C) severas;
- (D) justa;
- (E) generosa.

16

A frase abaixo em que está ausente qualquer processo de intensificação de adjetivos é:

- (A) “O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa”;
- (B) “...ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”;
- (C) “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência...”;
- (D) “...a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas”;
- (E) “...é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

17

Observe o gráfico a seguir e destaque a afirmação que se coaduna com os dados do gráfico apresentado.



- (A) Países desenvolvidos apoiam a redução da maioridade penal;
- (B) A segurança se consegue com a retirada de elementos perigosos das ruas;
- (C) A lei brasileira é mais rígida que a de muitos outros países desenvolvidos;
- (D) As dúvidas sobre a idade ideal de responsabilidade penal é visível;
- (E) Países subdesenvolvidos pretendem ressocializar os delinquentes.

18

No texto 2 aparece o seguinte segmento: “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Sobre as sanções previstas, a afirmação correta é:

- (A) as sanções estão dispostas, no texto, em ordem crescente de penalização;
- (B) a internação aparece como menos grave do que a privação de liberdade;
- (C) as sanções menos severas incluem a internação;
- (D) as sanções aparecem citadas em ordem decrescente de rigor;
- (E) as sanções citadas aparecem citadas aleatoriamente.

19

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Os termos que, se trocados de posição, acarretam modificação de sentido, são:

- (A) o único remédio / o remédio único;
- (B) população jovem / jovem população;
- (C) determinados casos / casos determinados;
- (D) punição mais eficaz / mais eficaz punição;
- (E) Estatuto da Criança e do Adolescente / Estatuto do Adolescente e da Criança.

20

Entre as palavras abaixo, aquela que mostra uma formação distinta das demais é:

- (A) promoção;
- (B) proteção;
- (C) internação;
- (D) população;
- (E) prevenção.

21

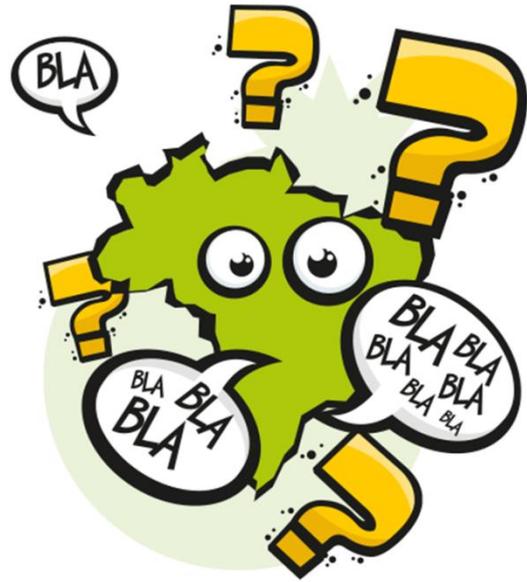
“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Nesse segmento do texto 2, o termo empregado em sentido conotativo (ou figurado) é:

- (A) punição;
- (B) remédio;
- (C) violência;
- (D) população;
- (E) Estatuto.

Conhecimentos Específicos

Observe a charge abaixo:



22

A charge poderia ser ilustração do seguinte item do conteúdo programático desta prova:

- (A) variação linguística;
- (B) marcas de textualidade;
- (C) língua falada e língua escrita;
- (D) redação oficial;
- (E) o esquema da comunicação linguística.

23

Se tivermos que substituir os termos sublinhados nos pensamentos abaixo por um só vocábulo de sentido equivalente, a única substituição correta será:

- (A) “O coração do homem é como um moinho que trabalha sem parar.” (Martin Lutero) / infatigavelmente;
- (B) “Ninguém pode fazer você se sentir inferior sem seu consentimento.” (Eleanor Roosevelt) / permissivamente;
- (C) “Não há esperança sem medo, assim como não há medo sem esperança.” (Spinoza) / intemorata;
- (D) “Espere com paciência, ataque com rapidez.” (Provérbio chinês) / passivamente;
- (E) “Faça coisas bobas, mas faça com entusiasmo.” (Colette) / açodadamente.

24

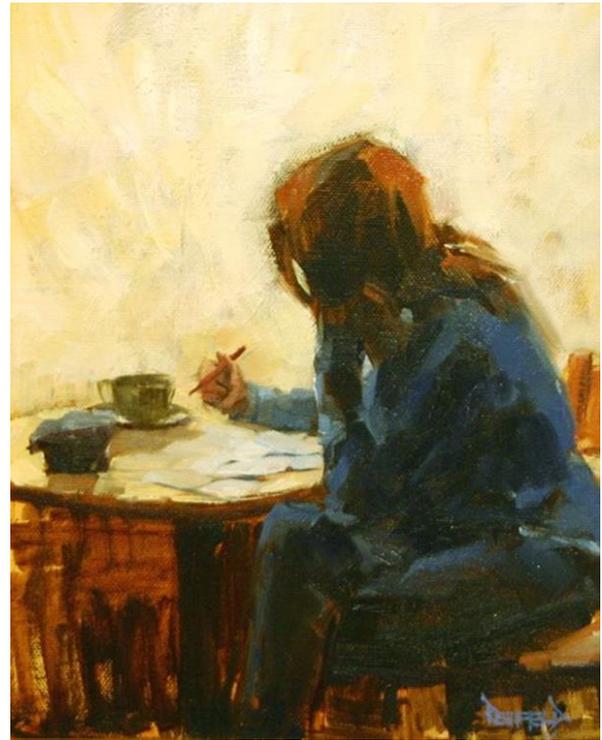
Observe a charge abaixo, realizada a partir de um famoso quadro sobre a evolução biológica do homem:



Sobre esse tipo de texto e considerando-se exclusivamente o exemplo dado, a única afirmação correta é:

- (A) a charge é um tipo de texto que compreende elementos verbais e não verbais;
- (B) a charge aborda humoristicamente a realidade, daí que seja indispensável certo conhecimento de mundo para compreendê-la;
- (C) o humor da charge está ligado a uma quebra de expectativa;
- (D) a charge às vezes é produzida com intenção de homenagear alguém que seja considerado de valor;
- (E) a charge é um tipo de texto cujo efeito é bastante imediato, daí que perca seu valor com o passar do tempo.

25



O quadro acima recebe o nome de A Escrita e pertence à pintora norte-americana Cathleen Rehfeld. A partir da imagem, a única leitura inadequada dos significados nele presentes é:

- (A) pela presença da xícara de café e do tinteiro, vemos que o ato de escrever é mostrado como um momento para o qual há uma preparação prévia;
- (B) o gesto de apoiar a cabeça sobre uma das mãos indica passagem de tempo e reflexão;
- (C) a mão em suspenso mostra hesitação no percurso para uma escrita adequada;
- (D) as várias folhas sobre a mesa mostram perseverança para a obtenção de um bom trabalho;
- (E) a ausência de livros na imagem demonstra que a busca da originalidade é um objetivo importante do escritor.

26

Um famoso poeta português, Antero de Quental, fala sobre o ato de escrever em um dos seus mais belos sonetos, intitulado “Tormento do Ideal”, que diz o seguinte:

Conheci a beleza que não morre

E fiquei triste...

No caso específico da língua escrita, a tristeza do poeta deve derivar do(da):

- (A) impossibilidade de reproduzir pela escrita a beleza por ele conhecida;
- (B) desilusão diante de uma vida moderna, que nada tem de poética ou atraente;
- (C) sofrimento imposto pela realidade de ser poeta;
- (D) limitação imposta pelas regras da escrita, estabelecidas a partir do uso e não do efeito estético;
- (E) imutabilidade da escrita diante da exuberância da fala.

27

No quadro abaixo aparece a figura do pai do pintor Paul Cézanne lendo um exemplar do jornal francês “Evenement”:



Considerando-se o esquema da comunicação linguística, a afirmação adequada é:

- (A) está presente nesse caso a função de transferência da linguagem, já que a comunicação supera os limites do espaço e do tempo;
- (B) no caso dos textos jornalísticos, os receptores constituem um público-alvo totalmente indeterminado;
- (C) o código empregado nos jornais limita-se à linguagem verbal;
- (D) a variedade linguística empregada nos jornais é a denominada “norma culta”, já que se trata de um veículo público de comunicação;
- (E) o referente das mensagens jornalísticas é exclusivamente o mundo real e atual.

28

Comparando-se as formas “pintor inglês” e “inglês pintor” vemos que substantivos e adjetivos se diferenciam, de fato, por apresentarem, respectivamente:

- (A) variabilidade mórfica / invariabilidade mórfica;
- (B) possibilidade de derivação / impossibilidade de derivação;
- (C) função de núcleo / função de adjunto;
- (D) designação de seres / designação de conceitos;
- (E) invariabilidade de grau / variabilidade de grau.

29

O adjetivo sublinhado abaixo que tem seu emprego decorrente da participação do enunciador é:

- (A) A ironia é uma forma elegante de ser mau. (Berilo Neves)
- (B) É maravilhoso a gente possuir uma esposa. Sobretudo quando não se é casado. (Millôr Fernandes)
- (C) É das uvas pequenas que sai o vinho mais doce. (Yolanda Hatem)
- (D) Há homens atuais que nascem póstumos. (Raul Seixas)
- (E) Tão magro que, quando usa terno preto, parece um guarda-chuva! (De Chantelli)

30

Os adjetivos, em língua escrita, podem representar: qualificações, características, estados e relações. A frase abaixo em que o adjetivo sublinhado expressa uma relação é:

- (A) Dinheiro compra tudo. Até amor verdadeiro. (Nelson Rodrigues)
- (B) A ambição universal dos homens é viver colhendo o que nunca plantaram. (Adam Smith)
- (C) Com a idade, as certezas vão ficando duvidosas. (J.Cabral de Melo Neto)
- (D) Envelhecer não é tão catastrófico se considerarmos a alternativa. (Maurice Chevalier)
- (E) O casamento é a maior causa do divórcio. (Groucho Marx)

31

O processo utilizado para adjetivar o substantivo sublinhado em cada frase abaixo está corretamente identificado no seguinte caso:

- (A) Os carros têm dificuldades de andar em solo de areia. / oração adjetiva;
- (B) O César Cielo é o atleta! / entoação;
- (C) Casa de ferreiro, espeto de pau. / substantivo;
- (D) Não se deve beber água de poço. / oração adjetiva;
- (E) Aqui está um presentinho para você! / adjetivo.

32

O domínio do vocabulário é ferramenta indispensável para a compreensão e escrita de textos; o adjetivo abaixo, relacionado a partes do ser humano, que mostra seu significado corretamente é:

- (A) crural / pescoço;
- (B) entérico / estômago;
- (C) ótico / orelha;
- (D) frontal / peito;
- (E) capilar / coluna.

33

Se substituirmos as orações sublinhadas por um só termo, de significado equivalente, a substituição correta será:

- (A) Louça que quebra facilmente não é conveniente para os restaurantes. / quebrantável;
- (B) Pescadores adoram rios que tenham muitos peixes. / piscosos;
- (C) Cursos que duram pouco tempo são, às vezes, mais eficientes. / transitáveis;
- (D) As leis que permanecem sem mudanças nem sempre satisfazem. / mutantes;
- (E) Os remédios cujos efeitos não são sentidos devem ser modificados. / prejudiciais.

34

Substituindo os segmentos sublinhados por adjetivos formados com a ajuda de elementos prefixais ou sufixais, a substituição adequada é:

- (A) Injeções aplicadas sob a pele nem sempre são dolorosas. / sobrecutâneas;
- (B) Os terrenos entre os rios são valorizados. / interpluviais;
- (C) A tinta que não pode ser apagada é útil nos documentos. / indelével;
- (D) A crença na vida após a morte é muito antiga. / imortal;
- (E) Produtos que podem ser exportados trazem lucro ao país. / pré-industrializados.

35

“Um funcionário preocupado chegou ao trabalho após o almoço.”
A forma de reescrever-se essa frase que altera o seu significado original é:

- (A) Um funcionário chegou preocupado ao trabalho após o almoço;
- (B) Após o almoço, um funcionário preocupado chegou ao trabalho;
- (C) Um funcionário preocupado, após o almoço, chegou ao trabalho;
- (D) Um funcionário preocupado chegou, após o almoço, ao trabalho;
- (E) Chegou um funcionário preocupado ao trabalho após o almoço.

36

O termo sublinhado que funciona como adjetivo do termo anterior é:

- (A) construção da ponte;
- (B) invasão do terreno;
- (C) análise dos documentos;
- (D) clima da região;
- (E) observação dos astros.

37

A opção em que a variação de número está correta é:

- (A) sessões lítero-musicais;
- (B) acordos lusos-africanos;
- (C) águas azul-marinhas;
- (D) paredes verde-claro;
- (E) roupas rosas-claras.

38

O perfeito conhecimento ortográfico é indispensável ao bom redator; assinale a opção em que só uma das formas gráficas é considerada correta:

- (A) verruga / berruga;
- (B) abóbada / abóboda;
- (C) garagem / garage;
- (D) selvícola / silvícola;
- (E) delapidar / dilapidar.

39

A frase abaixo cuja lacuna deve ser preenchida pela primeira das palavras colocadas entre parênteses é:

- (A) O senador declarou que respeitava muito o seu _____. (mandado/mandato);
- (B) Muitos detalhes do crime passaram _____. (desapercebidos / despercebidos);
- (C) O _____ em computação fora trazido dos Estados Unidos. (esperto / experto);
- (D) Muitos dos acusados tinham receio de terem _____ os seus postos. (caçados / cassados);
- (E) O automóvel precisava de _____ urgente. (conserto / concerto).

40

O segmento em que é possível NÃO empregar nenhuma vírgula é:

- (A) “Idealismo é bom mas quando a realidade se aproxima seu custo se torna proibitivo.” (W. Buckley)
- (B) “Quando no percurso do caminho os primeiros passos são inúteis.” (Shankara)
- (C) “A natureza é frequentemente escondida algumas vezes dominada mas raramente extinta.” (Francis Bacon)
- (D) “Fazer o que você gosta é liberdade gostar do que você faz é felicidade.” (F. Tyger)
- (E) “Estamos sendo continuamente descartados pelos outros e a cada dia temos que nos achar de novo juntar os pedaços e nos reconstituir.” (Thomas Bernhard)

41

Um livro didático de Literatura mostra o seguinte texto: “Façam uma pesquisa a fim de averiguar se sua cidade e seu Estado dispõem de patrimônio artístico-cultural barroco.”

Nesse caso, a função de linguagem predominante é:

- (A) metalinguística;
- (B) referencial;
- (C) conativa;
- (D) fática;
- (E) poética.

42

A estratégia argumentativa do texto publicitário está adequadamente indicada em:

- (A) Aplique o seu décimo-terceiro salário agora e tenha tranquilidade durante todo o ano! / sedução;
- (B) Compre um Honda Civic e seja o homem elegante de sua família! / afetividade;
- (C) Pague seus impostos em dia: seu filho espera isso de você! / tentação;
- (D) Evite o corte de luz: pague em dia a sua conta! / intimidação pelo medo;
- (E) Não dê vexame: vista-se de acordo com a moda. / provocação.

43

“É preciso que o Congresso reflita sobre o que é melhor para o país, em vez de ficar fazendo picuinhas políticas. Está na hora de agir com seriedade!”; o autor da frase, o deputado XYZ, é o mesmo que foi cassado pela crise do mensalão.

Folheto de propaganda política DEM

O comentário adequado a esse pequeno texto é:

- (A) o argumentador se utiliza da passagem de um caso particular para um de caráter geral, tornando o exemplo uma prova com a finalidade de legitimar uma opinião;
- (B) o argumentador se vê obrigado a explicar seu argumento em função da incerteza de sua compreensão por parte dos leitores/ouvintes, sendo, assim, um fragmento informativo a serviço da argumentação;
- (C) os argumentos de um texto são utilizados para uma refutação de uma tese oposta, eles procuram desacreditar os argumentos que a sustentam ou contestar os exemplos que a apoiam;
- (D) no combate a uma tese oposta é comum também que se desloquem os argumentos, dos argumentos para o argumentador, o que se denomina tecnicamente de argumento ad hominem;
- (E) em muitos casos de argumentação, o argumentador faz o que se denomina uma antecipação, apontando alguns pontos fracos de sua própria argumentação e contradizendo o que seriam hipoteticamente os argumentos adversários.

44

Indique a frase em que a utilização do pronome pessoal é típica da linguagem coloquial:

- (A) Foi-se deitar às sete horas da noite;
- (B) Encontrou elas na saída do shopping;
- (C) Ele estava descrevendo-se pior do que era;
- (D) Ele se estava descrevendo pior do que era;
- (E) Ele e ela se distanciaram do grupo.

45

“A gente não sabe bem por onde vai porque tem muitos obstáculos no caminho; para mim decidir, só entre eu e você, tenho que consultar minha mãe, já que ela conhece tudo por aqui!”

Nesse segmento de texto há uma série de marcas de uma variedade linguística popular: a apreciação inadequada sobre um dos componentes do texto é:

- (A) emprego de “a gente” em lugar de “nós”;
- (B) emprego do verbo “ter” em lugar de “haver”;
- (C) emprego de “mim” em lugar de “eu” em “para mim decidir”;
- (D) emprego de “eu” em lugar de mim, em “entre eu e você”;
- (E) emprego de “conhece tudo” em lugar de “conhece de tudo”.

46

A frase de linguagem coloquial – Você chegou atrasadão na festa! – mostra a forma “atrasadão”, que é de formação “irregular”, pois:

- (A) emprega um sufixo de aumentativo junto a um adjetivo;
- (B) equivale inadequadamente a “tão atrasado quanto”;
- (C) representa uma forma ultrapassada de superlativo;
- (D) cria uma forma de superlativo de valor pejorativo;
- (E) passa a corresponder a uma palavra de grau normal.

47

A frase em que está ausente qualquer forma de superlativação é:

- (A) Aquele senador é rico, rico, rico.
- (B) O automóvel do vizinho está bem velho.
- (C) Há grandes fortunas em vastas áreas de terra.
- (D) Está friozinho aqui!
- (E) A Giselle está elegantíssima!

48

Numa comunicação oficial:

- (A) o emissor é o Serviço Público;
- (B) a mensagem é relativa às atribuições do órgão;
- (C) o receptor é algum cidadão particular;
- (D) o código é a variedade culta da língua;
- (E) o canal é o visual.

49

A impessoalidade é marca da redação oficial; tal impessoalidade aparece em várias estratégias, EXCETO:

- (A) no emprego de construções de sujeito indeterminado;
- (B) no emprego de voz passiva sintética;
- (C) na atribuição das ações a um órgão público;
- (D) na ausência de impressões individuais do enunciador;
- (E) no direcionamento da mensagem a uma pessoa não identificada.

50

O Manual de Redação da Presidência da República faz um conjunto de observações identificadoras da variedade culta da língua; a observação inadequada sobre essa variedade é:

- (A) a norma culta, no plano vocabular, faz uma seleção erudita de vocábulos;
- (B) o padrão culto da língua é aquele em que se observam as regras da gramática formal;
- (C) o emprego culto da língua está acima das diferenças regionais;
- (D) a norma culta se fundamenta no uso culto da língua, estabelecido formalmente;
- (E) o uso culto da língua tem por finalidade, nesse caso, a compreensão de todos os cidadãos.

51

A correspondência inadequada entre pronome de tratamento e vocativo correspondente é:

- (A) Vossa Excelência / Excelentíssimo Senhor;
- (B) Vossa Magnificência / Magnífico;
- (C) Vossa Santidade / Santíssimo Padre;
- (D) Vossa Senhoria / Senhor;
- (E) Vossa Eminência / Ilustríssimo.

52

NÃO consta do padrão ofício de redação oficial, segundo o Manual de Redação da Presidência da República:

- (A) tipo e número do expediente, seguidos da sigla do órgão que o expede;
- (B) identificação numérica do cargo e função do emissor do documento;
- (C) local e data do documento;
- (D) resumo do conteúdo da mensagem;
- (E) nome e cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação.

53

O e-mail passou a ser um meio de comunicação largamente utilizado nos meios oficiais; algumas garantias devem ser tomadas a fim de manter-se a segurança; entre elas:

- (A) no campo *assunto* deve-se “esconder” o conteúdo da mensagem;
- (B) deve-se solicitar ao destinatário confirmação de recebimento;
- (C) devem ser deletados todos os e-mails já enviados;
- (D) a linguagem utilizada deve ser “codificada”;
- (E) não se deve utilizar recurso de confirmação de leitura.

Legislação Institucional**54**

Consoante dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, é exemplo de garantia dos membros Defensoria Pública a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
- (B) vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de exercício, somente podendo ocorrer a perda do cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, assegurada ampla defesa;
- (C) promoção voluntária de categoria para categoria, sempre por antiguidade, por meio de lista tríplice no terço mais antigo da carreira elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;
- (D) estabilidade, após dois anos de exercício, não podendo ser os Defensores Públicos demitidos do cargo senão por sentença judicial em processo em que lhes seja assegurada ampla defesa;
- (E) possibilidade de exercício de advocacia privada (exceto contra os interesses do ente federativo a que estiverem vinculados) e de participação em sociedade empresarial, na condição de sócio administrador.

55

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, é função institucional da Defensoria Pública, dentre outras:

- (A) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais (vedado o patrocínio de pessoas jurídicas), em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;
- (B) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- (C) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em processos judiciais (vedada a atuação em processos administrativos), perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias;
- (D) prestar orientação jurídica e promover a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, na defesa dos direitos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

56

É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94:

- (A) não ser preso, inclusive na hipótese de flagrante delito, senão por ordem judicial escrita e devidamente fundamentada, no bojo de processo judicial em que lhes tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, exceto quando estes se acharem presos e incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, independentemente de prévio agendamento;
- (C) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;
- (D) representar a parte assistida, em feito administrativo ou judicial, necessariamente mediante instrumento de mandato outorgando-lhes poderes específicos para tal, independentemente de a lei exigir poderes especiais para o caso;
- (E) ser investigado pela prática de crime comum exclusivamente pelo Defensor Público-Geral e, quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de crime por Defensor Público, a autoridade policial encaminhará a investigação imediatamente ao chefe institucional.

57

Ao dispor sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- (A) Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas;
- (B) Tribunal de Contas, mediante controle externo feito pelo Poder Judiciário, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (C) Tribunal de Contas, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno do Poder Judiciário;
- (D) Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (E) Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas.

58

O estatuto dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia dispõe que o serviço extraordinário tem caráter eventual e só será admitido em situações excepcionais e temporárias, sendo remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação a hora normal de trabalho. Nesse contexto, aponte as consequências das condutas dos seguintes servidores estaduais ocupantes de cargo efetivo:

Caso 1: Alberto atestou falsamente a prestação de serviço extraordinário.

Caso 2: João se recusou, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

- (A) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de suspensão;
- (B) Alberto será punido com pena de suspensão e João com pena de repreensão;
- (C) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de exoneração;
- (D) ambos serão punidos com pena de repreensão e, no caso de reincidência, com a suspensão.
- (E) ambos serão punidos com pena de suspensão e, no caso de reincidência, com a demissão.

59

Marcela, servidora pública civil estável estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, pretende obter licença por motivo de doença em pessoa da família para dar assistência a seu irmão, acometido de grave enfermidade. Com base no regime jurídico que disciplina a matéria previsto na Lei Complementar Estadual nº 68/1992, é correto afirmar que a licença pretendida por Marcela será concedida:

- (A) sem remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até doze meses, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (B) sem remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até cento e oitenta dias, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (C) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada sem remuneração pelo período máximo de até trinta e seis meses, mediante parecer da Junta Médica;
- (D) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até noventa dias, mediante parecer da Junta Médica e, excedendo estes prazos, sem remuneração, até o máximo de vinte e quatro meses;
- (E) sem prejuízo da remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada sem remuneração por até seis meses, mediante parecer da Junta Médica, e a servidora tem prazo de quinze dias após a cessação da causa da doença para se apresentar ao serviço.

60

Consoante dispõe o estatuto dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 68/1992), é dever do servidor:

- (A) conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, bem como recebê-las pela mesma razão ou fundamento;
- (B) aliciar, de acordo com sua liberdade de manifestação, subordinados no sentido de filiar-se a associação profissional ou sindical;
- (C) promover manifestações de apreço ou desapeço no recinto da repartição, de acordo com sua liberdade de opinião;
- (D) manter conduta compatível com a moralidade e a improbidade administrativas;
- (E) atender prontamente às requisições para defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões.

61

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão normativo, consultivo e deliberativo, incumbido de superintender a atuação da Defensoria Pública, bem como zelar pela observância dos princípios institucionais do órgão. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antigüidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento;
- (C) estabelecer o horário de funcionamento, a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública e autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado;
- (D) designar membro da Defensoria Pública do Estado para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;
- (E) elaborar, anualmente, a lista de antigüidade dos membros da Defensoria Pública, fazendo-a publicar no Diário Oficial e encaminhar ao Poder Executivo os expedientes, atos e estudos do interesse da Defensoria Pública.

62

Em matéria criminal, consoante dispõe a Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 117/94, compete aos Defensores Públicos:

- (A) defender, nos processos criminais, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis, independentemente da declaração de hipossuficiência econômica;
- (B) exercer a defesa, nos processos criminais, dos réus com hipossuficiência econômica, exceto os policiais militares junto à Auditoria Militar;
- (C) defender, nos processos criminais, todos réus com hipossuficiência econômica, e exercer o controle externo da atividade policial;
- (D) requerer a transferência de presos para local adequado e propor ação penal pública condicionada à representação, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;
- (E) atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, e propor ação penal pública incondicionada, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada.

63

Edson, Defensor Público Estadual de Rondônia, foi condenado em processo criminal transitado em julgado, a seis anos de reclusão pela prática de peculato. Considerando que se trata de crime contra a administração pública, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 117/94, tal fato:

- (A) não constitui causa para sua demissão, nem que haja processo próprio para tal, pela independência das instâncias civil, penal e administrativa;
- (B) não constitui causa para sua demissão, para evitar o *bis in idem*, ou seja, para impedir que o réu seja punido mais de uma vez pelos mesmos fatos;
- (C) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve juntamente com a ação penal, na forma da lei;
- (D) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve no prazo de 03 (três) anos, na forma da lei;
- (E) constitui causa para sua suspensão durante o período de cumprimento da pena, sem direito à remuneração, na forma da lei.

64

A Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 dispõe que a assistência judiciária aos necessitados:

- (A) engloba as taxas judiciárias, os selos, os emolumentos e custas devidos aos Juízes e serventuários da justiça, excluídos os devidos a órgãos do Ministério Público;
- (B) compreende as despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade;
- (C) abrange os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa, excluídos os honorários dos peritos;
- (D) inclui os honorários advocatícios e as custas processuais, excluídas as despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;
- (E) abarca os honorários advocatícios, as custas processuais, as taxas e selos judiciários e, quando o beneficiário da assistência for vencedor na causa, metade de tais valores será paga pelo vencido.

Geografia e História de Rondônia

65

“Há sinais desse movimento desde a época do descobrimento, mas foi no governo de Getúlio Vargas (1930/1945) que a colonização da floresta passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais. Era a época da Marcha para o Oeste.

(...) Durante a ditadura militar, a política para a Amazônia ficou conhecida pelo lema ‘Integrar para não Entregar’.”

(Peixoto, Fabrícia. *Linha do tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia*. Disponível em www.bbc.co.uk)

A ocupação da Amazônia ganhou fôlego no século XX, como mostra o trecho da reportagem acima. Sobre as consequências dessa ocupação, pode-se destacar:

- (A) o desenvolvimento econômico baseado nos princípios da sustentabilidade, que garantiu a preservação da floresta;
- (B) a demarcação das terras dos grupos indígenas que viviam na região, evitando conflitos por terras;
- (C) a forte deterioração do bioma da região norte, como consequência da exploração desenfreada da região;
- (D) a adoção de um padrão de transportes ferroviário, distinto do restante do país;
- (E) a abertura das fronteiras à penetração de países vizinhos que exploravam a região.

66

Em 2012, foi comemorado o centenário de inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré. Tal construção, vista como difícil e complexa, com tentativas fracassadas no século XIX, custou a vida de inúmeros operários, e, durante o período da ditadura militar no país, acabou desativada, no governo do presidente Castelo Branco, em 1966. A justificativa para tal medida foi:

- (A) a preservação ambiental local através do fim das atividades econômicas na região;
- (B) o incremento do transporte fluvial, aproveitando o potencial dos rios da região;
- (C) o redirecionamento dos investimentos para o transporte aéreo com a construção de vários aeroportos;
- (D) o incentivo ao transporte rodoviário com a construção de estradas na região;
- (E) o afastamento do capital estrangeiro da estrutura de transporte da região norte.

67

A região Norte, em especial o Vale do Madeira, teve a sua economia baseada no extrativismo e, como decorrência da sua formação social, o trabalho indígena, escravo ou não, foi largamente utilizado. No entanto, no início do século XX, ocorreu uma alteração nesse quadro relativo à mão de obra, com a não utilização de indígenas.

O fator que justificou tal alteração foi:

- (A) o fim da escravidão no Brasil no final do século XIX, atraindo a mão de obra imigrante para a região;
- (B) a política oficial dos governos republicanos de forçar a migração do sul para o norte do país;
- (C) a seca prolongada no nordeste, que forçou a migração deste contingente populacional para a região norte;
- (D) a decadência do café do Vale do Paraíba levando a população camponesa dessa área para o norte do país;
- (E) os investimentos do capital japonês na borracha da região norte, trazendo a mão de obra oriental para o Brasil.

68

“A permanência do Presidente da República em Porto Velho serviu para assentar as bases da criação de um Território Federal nas áreas dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim...”

(PINTO, Emanuel Pontes. *Território Federal do Guaporé*. Viçosa, 2003)

A criação do Território do Guaporé foi motivada pela:

- (A) política industrializante voltada à região amazônica;
- (B) pressão política das oligarquias rurais de Porto Velho;
- (C) possibilidade de aumento da produção de borracha;
- (D) necessidade de proteção das fronteiras brasileiras;
- (E) descentralização do poder político nacional.

69

“Rondônia passou (...) a representar novamente uma fronteira de expansão da produção de soja, e os atores econômicos devem dar o devido destaque para esse espaço juntamente com o Estado do Mato Grosso.”

(EGLER, Claudio. A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional e Sul Americano. In: Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Socioambientais. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, p. 15-34, 2007)

A expansão da produção de soja no Estado de Rondônia ocorreu, principalmente:

- (A) na porção norte do território, em razão da presença da hidrovía do Madeira;
- (B) na porção oeste do território, pela facilidade de escoamento da produção pela Bolívia;
- (C) na porção central do território, onde houve fixação de muitos migrantes nordestinos;
- (D) na porção sudeste do estado, em razão da política territorial dos Eixos Nacionais de Integração;
- (E) na porção sul do estado, pela proximidade com a capital, que polarizou o poder político do estado.

70

A respeito da geodiversidade do relevo do estado de Rondônia, considere as seguintes afirmativas:

I - No estado de Rondônia, destacam-se os principais padrões geomorfológicos: planícies de inundação, baixadas fluviolacustres e terraços fluviais das várzeas dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé; superfícies aplainadas sobre o embasamento pré-cambriano; planaltos e serras decorrentes de dobramentos modernos.

II - As maiores elevações encontram-se nas Serras dos Pacaás Novos e Parecis, atingindo altitudes superiores a 1000 metros acima do nível do mar.

III - Na faixa sudoeste do estado, na fronteira com a Bolívia, ocorre uma vasta bacia sedimentar quaternária que se espalha pelo território boliviano, denominada Depressão do Guaporé.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Redação

Uma vez mais a discussão sobre justiça/injustiça da pena de morte volta à tona em razão de ela ter sido aplicada, na Indonésia, a dois brasileiros condenados por tráfico de drogas. As posições dos brasileiros sobre o fuzilamento variam bastante, havendo opiniões numerosas de apoio ao governo da Indonésia e outras de condenação pelo “barbarismo” do processo.

Nesse caso particular, qual a sua opinião sobre esse tipo de pena?

Apresente sua posição, defendendo-a com argumentos convincentes, em um texto, com número mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

Realização

 **FGV PROJETOS**